ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº58, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1994.

Aos onze dias do mês de maio, do ano de mil novecentos e noventa e quatro, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência do vereador Renato José Schneider, estando ainda presentes os seguintes edis: Agenor Eloir Schmidt, Francisco Exner, João Adelmo Welter, Roque Danilo Exner, Carlos Henrique Schaeffer, Mauro Moacir Diefenbach, Arlindo Vogel e José Führ. O Presidente declarou aberta a reunião e solicitou, de imediato, ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Mauro Moacir Diefenbach, a procedência da leitura da Ata da Reunião anterior. Colocada em discussão, falou o vereador Francisco Exner que na Ata não constava o dito por ele ao final da reunião anterior, sobre se Presidente Lucena não tivesse se emancipado. Portanto faço saber nessa, que o vereador Francisco Exner na reunião do dia 04 (quatro) de maio, passado, falou que se Presidente Lucena não tivesse se emancipado, em 10 (dez) anos não estaria feito no município o que estava no presente. Após a res­salva a Ata foi aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Da Assembleia Legislativa, o Jornal Diário da Assembleia de nº6364. Da Secreta­ria do Desenvolvimento Econômico e Social, o livro das Obras e o folheto Um Go­verno Forte Faz o Rio Grande Moderno. Do Poder Executivo o ofício de nº056/Gab/94, que em resposta à solicitação do vereador Arlindo Vogel, informa que o con­vênio com o Município de Ivoti, referente à Saúde, seguirá normalmente. Sendo excluído o serviço de transporte de pacientes a Porto Alegre, mas, o que deveria ser realizado diretamente no transcorrer do mês de junho, próximo vindouro.

ORDEM DO DIA

Houve a votação do Projeto de Lei nº08/94, que altera o Plano Diretor de Presi­dente Lucena, e dá nova redação ao artigo 6º da Lei Municipal Nº458/82. O Rela­tor, vereador Arlindo Vogel, disse que falara com a família do outro proprietá­rio das terras atingidas pela área verde. E que a família do mesmo estava de acordo que fosse feito o deslocamento. Só que o proprietário não queria aceitar de forma alguma que a área verde atingisse suas terras. Perguntou o vereador Mauro Moacir Diefenbach, se por lei era obrigatório se deixar uma área verde quando era feito um loteamento. Falou o relator que era difícil explicar para essas pessoas que era obrigatório deixar uma área para esse fim, pois que eles não queriam entender. Comentou o vereador Roque D. Exner que o proprietário da outra metade das terras atingidas pela área verde, Senhor Paulo Weber, falara que com­prara a metade de toda propriedade e que a área verde seria toda passada para a segunda quadra de suas terras. Falou o relator, vereador Arlindo Vogel que a área verde continuaria atingindo as terras do Senhor Paulo Weber e do outro pro­prietário de sobrenome Rohr. Falou o vereador Agenor E. Schmidt que a área verde na primeira quadra já nem poderia ser considerada assim, pois que havia casas construídas sobre a mesma, enquanto que na segunda quadra não havia. Perguntou o vereador Mauro M. Diefenbach, quem deixara construir sobre a área verde. Sendo dito que as construções foram edificadas quando presidente Lucena, ainda perten­cia a Ivoti. Disse o vereador Mauro M. Diefenbach que era obrigatório se deixar área verde quando era feito um loteamento, estando esse dentro do Plano Diretor. Falou o vereador José Führ que nesse caso não fora feito um loteamento, e sim que a Prefeitura de Ivoti, quando da elaboração do Plano Diretor de Presidente Lucena, definira essa área verde. Ainda falou o vereador Arlindo Vogel que havia mais uma área verde dentro do Plano diretor, a qual atingia as terras do Senhor Querino Heyllmann. E que as duas áreas verdes foram traçadas sobre terras de pessoas que não moram na Sede. Pois que o Senhor Querino

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº58 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 02

Heyllmann morava na loca­lidade de Picada Schneider e o Senhor Rohr morava em Capela do Rosário. O rela­tor ainda disse que os proprietários das terras não teriam sido tanto contra as áreas verdes, se as mesmas não tivessem justamente atingido a parte das terras de maior valor. E que o Querino Heyllmann ficara sabendo há pouco tempo que havia uma área verde em sua propriedade. Em seu parecer, o relator, vereador Arlindo Vogel se manifestou favorável ao Projeto. Sendo esse aprovado por unanimidade em 2ª (segunda) votação.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS

Falou o vereador Mauro M. Diefenbach que em relação a reunião do PDT, ocorrida no dia 05 (cinco) de maio, passado, que o Presidente do partido não convidara a ele, o vereador José Führ e o vereador Carlos H. Schaeffer, para participarem da reu­nião. E que no dia 27 (vinte e sete) de abril, último, passado, o Presidente do Partido esteve assistindo a reunião do Legislativo e que não falara nada. Só na reunião passada o colega vereador Francisco Exner tendo avisado sobre a mesma. Falou o vereador Francisco Exner que o Presidente do PDT no Município, Senhor Baltazar N. Hansen, não convidara nenhum dos vereadores, só tendo pedido a ele para dar o aviso sobre a reunião na Câmara. Disse o vereador Jose Führ que cer­tas pessoas haviam sido avisadas pelo Presidente sobre a Reunião. Sendo dito pe­lo vereador Francisco Exner que a Diretoria do Partido havia sido avisada pelo Presidente, mas que dos vereadores nenhum fora avisado pelo mesmo. Também o ve­reador Agenor E. Schmidt aproveitou o momento para sugerir que fosse enviada correspondência à FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) no sentido de que a entidade fizesse a devida fiscalização na instalação da empresa de acabamento de couros que estava sendo construído no Município de Picada Café, próximo a divisa com esse Município. Sendo apoiada a sugestão por todos os vereadores. Comentou o vereador Mauro M. Diefenbach que certamente a FEPAM iria de igual maneira fiscalizar a instalação da indústria. Sendo dito pelo vereador Arlindo Vo­gel que se ninguém fizesse nada, poderia ser que a entidade anteriormente men­cionada, nem tomasse o devido conhecimento sobre a referida indústria, pois que a Prefeitura de Picada Café não faria nada contra a empresa pois que o município só teria a ganhar, pois aumentaria a arrecadação de impostos e a sujeira seria largada no rio, poluindo-o nesse Município. Disse ainda o vereador Arlindo Vogel que já levantara a questão na reunião anterior, pelo fato de que os prejudicados com a instalação da empresa seria a população de Presidente Lucena. Falou o ve­reador Carlos H. Schaeffer que em São José do Hortêncio também havia um curtume com praticamente tudo instalado para começar a operar, só que não recebendo autorização por não ter as devidas instalações para filtragem dos dejetos. E que já há tempo estavam querendo por em funcionamento o mesmo, só não conseguindo e que tão facilmente o acabamento de couros a ser instalado em Picada Café também não conseguiria entrar em funcionamento se não tivesse tudo em ordem. Falou o vereador Arlindo Vogel que no caso de São José do Hortêncio, foi feito um grande movimento contra. Perguntou no instante o vereador Agenor E. Schmidt, que as instalações na localidade do Buraco do Diabo eram só acabamento de couros ou se tinha curtume junto. Sendo dito que era somente acabamento de couros. Disse o vereador Agenor E. Schmidt que o rio no referido local estava sendo poluído pelas indústrias ali instaladas. O Presidente da Mesa Diretora disse que, visto os riscos de poluição teria-se que junto aos órgãos competentes exigir que fosse feita uma rigorosa fiscalização para que realmente a empresa fizesse a devida filtra­gem dos dejetos. O vereador Roque D. Exner, no momento, pediu que fosse enviada correspondência ao Executivo pedindo que fossem instaladas luminárias junto a rua Lobo da

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº58 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 03

Costa, da fábrica de calçados Festschoes em direção à Picada Schnei­der e que a citada rua também fosse arrumada. Perguntou ainda o vereador Roque D. Exner que como ficaria a questão do convênio, referente a saúde. Falou o Pre­sidente da Mesa Diretora, que a Administração Municipal tinha em mente comprar uma Kombi e levar as pessoas à Porto Alegre, para fazerem tratamento de saúde. Comentou o vereador Agenor E. Schmidt que o valor cobrado por Ivoti nesse mês era superior a CR$600.000,00(Seiscentos Mil Cruzeiros Reais) e que essa quantia era muito alta para o número de pessoas que eram levadas à Porto Alegre. Disse o ve­reador Arlindo Vogel que achava que os maiores gastos eram com exames que eram feitos no hospital, pois pelo que sabia eram muitos. Falou no instante o verea­dor Roque D. Exner que os exames feitos no hospital, a maioria era paga pelo INPS. Disse o vereador Agenor E. Schmidt que no hospital não havia controle so­bre da onde eram as pessoas que eram atendidas, pois que lhe fora falado que pes­soas de outro município foram procurar atendimento médico no hospital e falando que eram de Presidente Lucena. Sendo comentado que por certo no hospital teria que ser exigido um documento comprovando de qual município a pessoa era. Na oportunidade, ainda o vereador Roque D. Exner sugeriu que fosse enviada correspon­dência ao Senhor Renan Schaurich, agradecendo pela visita que fizera à esse Le­gislativo no dia 04 (quatro) de maio, passado. Sendo acolhida a sugestão por to­dos os vereadores. No instante o Presidente da Mesa Diretora, vereador Renato J. Schneider, falou que em relação à questão levantada na reunião anterior pelo vereador Arlindo Vogel, sobre a falta de professor de português na Escola Esta­dual de 1º Grau Guilherme Exner, que no dia 05 (cinco) de maio, passado, teve uma reunião, e que na mesma estiveram também presentes, entre outras pessoas, o Pre­feito, a Diretora da mencionada Escola Senhora Virgínia Weber e o professor Jor­ge Knorst. E que ele, vereador Renato J. Schneider, na oportunidade perguntou à Diretora se realmente era verdade que nesse ano os alunos não tiveram aula de português. Sendo dito pela Diretora que era verdade. E que após a resposta fora iniciada outra conversa, só que ele não se esquecendo do assunto e mais tarde perguntou ao Prefeito o que poderia ser feito para amenizar o problema. Disse o vereador Renato J. Schneider que antes que o Prefeito pudesse ter falado algo, a Diretora e o mencionado professor, falaram que no momento não tinha mais nada a fazer, pois que não havia professor disponível e que teria-se que esperar para o 2º (segundo) semestre. Falou ainda o vereador Agenor E. Schmidt que na reunião do dia 04 (quatro) de maio, passado, falara que nesse mês seriam chamados os profes­sores que estavam à disposição, só que esses professores seriam somente para o nível I e o professor em questão teria que ser do nível 2. Ainda pediu o vereador Renato J. Schneider que os colegas vereadores se empenhassem para ajudar a resolver o problema da falta de professor de português, pois que daqui a quatro, cinco anos seria exigido desses alunos o conhecimento que então não teriam. Fa­lou ainda, o vereador Renato J. Schneider, que o melhor investimento que se po­dia fazer era investir na educação. No momento, o Presidente da Mesa Diretora, vereador Renato J. Schneider, ainda comentou que esteve na casa do Senhor Egon Ge­wehr para pagar a conta do casamento da filha, e que fora atendido pela esposa e filha do munícipe anteriormente mencionado e que elas mostrando uns canos ao lado da rua, lhe falaram que foram eles que compraram os canos e que haviam fa­lado com o Diretor de Obras e com o Prefeito para que fossem colocados no lugar os mesmos. Só que surgira, conforme as mulheres mencionadas, um boato, uma fofo­ca, de que o genro do Egon Gewehr, Senhor Otácio H. Metz havia falado que os fun­cionários da Prefeitura eram vagabundos e que os mesmos se incomodaram e que um funcionário falara que não iriam mais colocar os canos nos seus devidos lugares. E que a esposa

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº58 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 04

do Egon Gewehr falara que a Prefeitura não precisaria por os ca­nos, que eles mesmos através de serviços particulares iriam deixar por os canos no lugar, só que após o serviço feito deixariam por tudo no jornal. Disse então o vereador Renato J. Schneider que pedira para que não fizessem isso pois que o desejo dele era trabalhar unidos. Disse ainda o vereador Renato J. Schneider, que não estava falando para defender alguém, mas que funcionário da Prefeitura era pago para trabalhar e não para se incomodar com o que as pessoas falavam. E que pelo que as referidas mulheres lhe falaram, o Egon Gewehr doara as terras, a parte dele, para as futuras instalações do Centro Administrativo e ainda que o pré­dio onde estava instalado o Posto da Brigada Militar também era do mesmo, e que não estava cobrando aluguel. E pelo que se podia constatar, eram pessoas que es­tavam trabalhando para o bem do Município, e que não deveria-se enrolar essas pessoas e sim dar uma solução para o caso. Sendo dito pelo vereador Mauro M. Diefenbach, no instante, que a referida Senhora deveria ter dado o nome do funcionário que falou que a prefeitura não colocaria os canos, para que pudessem ser to­madas as medidas cabíveis e que se realmente o Senhor Otácio H. Metz falara o dito anteriormente, que ele também não o deveria ter feito. E em relação ao prédio do Posto da Brigada Militar, que não tinha certeza, mas que achava que fora co­mentado certa vez algo sobre que era pago aluguel de um salário mínimo mensal, ou que em troca do aluguel a Prefeitura iria colocar algum saibro no pátio do Ge­wehr. Falou o vereador Jose Führ que independente se o munícipe anteriormente mencionado doara algo para a Prefeitura, caberia a ela por os canos, pois que a sarjeta pertencia a rua e que era obrigação da Prefeitura colocá-los. Disse ainda vereador Renato J. Schneider que se comprometera a verificar o que realmente es­tava havendo, pois que queria saber a verdade sobre a questão. Falou o vereador Francisco Exner que provavelmente a Prefeitura iria colocar os canos, só que ul­timamente não tendo tempo por terem trabalhado na abertura da rua para o Centro Administrativo. E que poderia ser verdade o exposto pelo Presidente da Mesa Diretora, como não, pois que deste que trabalhava no comércio estava mais em conta­to com o povo e que foram faladas coisas nos bares, que contradiziam totalmente o serviço feito pela Secretaria de Obras na abertura da rua anteriormente mencionada, e que também o falado pelo Presidente poderia ser coisa inventada em bar. E, em relação à doação das terras, pelo que sabia, o Egon Gewehr não doara as terras que eram só de sua propriedade e sim que foram doadas as terras que o Egon Gewehr, seu filho Wilson Gewehr, e seu genro Otácio H. Metz tinham em par­ceria. E ainda, em relação ao aluguel do prédio do Posto da Brigada Militar, que atualmente a Prefeitura não pagava mais, mas que a Prefeitura em compensação tinha que levar saibro no pátio do referido munícipe. Ainda falou o vereador Fran­cisco Exner que um munícipe pedira ao Secretário de Obras que colocassem um ca­minhão, de cascalho no arroio para que que ele pudesse passar de trator, só que o Secretario tendo negado o pedido, alegando que a Prefeitura não fazia serviços particulares. E que então o referido munícipe saíra berrando por aí que os funcionários da Prefeitura eram todos vagabundos. Que colocavam saibro no pátio do Egon Gewehr e que para outros não faziam um simples serviço. Que não sabia se o Secretário de Obras falara, mas o Egon Gewehr em troca do saibro estava dando o prédio para a Brigada Militar sem cobrar aluguel. E, que muitas vezes as pessoas não sabiam de certas coisas e ficavam condenando certos serviços da Pre­feitura. Falou o vereador Arlindo Vogel que o Prefeito estava então criando um atrito, pois que deveria mandar um oficio para a Câmara informando cada vez que era feito um serviço em troca, para que os vereadores pudessem expor a situação para a população. Falou o vereador Jose Führ, que na época que fora feito o ser­viço de ensaibramento do pátio do mencionado

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº58 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 05

munícipe, ele tocara no assunto nu­ma reunião da Câmara. E que poucos dias depois o Egon Gewehr reclamara para ele, vereador Jose Führ, pois que o mesmo estava falando mal do referido munícipe, e que na verdade pelo serviço prestado não cobraria aluguel do prédio onde estava instalada a Brigada Militar. Disse o vereador Jose Führ, que então, falara para o Senhor Egon Gewehr que o mesmo fosse na Prefeitura e pedisse um comprovante de que a Prefeitura em troca do aluguel iria por saibro no pátio dele e que trouxesse uma cópia para ele, a fim de poder esclarecer a questão do saibro no pátio do munícipe para a população. Perguntou o vereador Jose Führ, que se algum dos co­legas vereadores sabia o que fora doado e qual o valor pago pelo restante das terras adquiridas pela Prefeitura para futura instalação do Centro Administrati­vo, que ele não sabia e certamente nenhum dos colegas também o sabia. Que já fa­zia quase meio ano que fora feita a compra e que muitos munícipes lhe pergunta­ram, e ele não podendo responder por não saber o valor, e que se o Executivo informasse os valores, isso facilitaria as coisas para os vereadores como também para a própria Administração, pois se a população soubesse das coisas não fica­ria questionando. E já que o Executivo mandou um Projeto para autorizar a libe­ração da verba para a compra da área, também poderia mandar um ofício informando os valores pagos pela mesma. Falou o Presidente da Mesa Diretora, vereador Renato J. Schneider que talvez não era má intenção do Executivo, mas que o mesmo não estava levando muito em consideração o Legislativo. Pois que quando havia solicitação, que não vinha resposta. E que eram vereadores eleitos pelo povo, também para legislar, e que deveriam ser lembrados como tal. Pois o que seria do Executivo sem o Legislativo. Disse o vereador Roque D. Exner que, o que aconte­ceria se os vereadores não aprovassem um Projeto, o Executivo certamente ficaria sem poder seguir seus planos. Comentou o vereador Arlindo Vogel que talvez o fa­to do Egon Gewehr, seu filho e genro, terem doado a terra, seria por eles no fu­turo quererem que a Prefeitura prestasse um serviço em troca. Sendo dito no momento pelo vereador Francisco Exner, que a Prefeitura nesses casos não poderia aceitar um bem em troca de um serviço. Pois que o Senhor Irineu Maurer queria também doar a sua parte das terras, só que em troca queria que a Prefeitura lhe fizesse um serviço e que o Executivo se informara e que judicialmente isso não seria possível. Falou ainda o vereador Francisco Exner que o Executivo não pode­ria correr atrás dos vereadores para dar informações e sim os vereadores teriam que ir ao Prefeito para obtê-las. Comentou o vereador Mauro M. Diefenbach que em relação a licitação do óleo diesel, que a Socaltur levantou suspeitas e que nenhum vereador se preocupou com a questão, mas que poderia-se exigir cópia da re­ferida licitação, para ver se tudo estava de acordo. E em relação à ampliação da Escola Estadual de 1º Grau Guilherme Exner, que também não poderia-se dizer se foi feito tudo de maneira correta. E que os vereadores tinham o poder de fiscalizar o Executivo. Perguntou se algum dos colegas já assistira uma sessão da Câma­ra de Novo Hamburgo, pois que lá os vereadores realmente exigiam. Falou o vereador Arlindo Vogel que a realidade de Novo Hamburgo era bem diferente da de Presidente Lucena. E em relação a empresa que ganhou a licitação para as obras de ampliação da Escola anteriormente mencionada, falou o vereador Francisco Exner, que isso era diretamente com o Estado, pois que a cada etapa concluída, o esta­do mandava recursos financeiros para o pagamento. Falou no momento o vereador Arlindo Vogel que os vereadores deveriam saber o valor pago pelas terras adqui­ridas para implantação do Centro Administrativo. E pediu que fosse enviada cor­respondência ao Poder Executivo solicitando os referidos valores. Comentou ain­da o vereador Arlindo Vogel que realmente vinham poucas respostas para as solicitações dos vereadores. Disse o vereador José Führ

segue ...

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº58 - CONTINUAÇÃO – F0LHA 06

que até a presente data só recebera uma resposta, apesar das muitas solicitações que fizera. Por último o Presidente da Mesa Diretora, vereador Renato J. Schneider falou que a conversa que tiveram nessa reunião foi muito proveitosa e que os colegas, se tivessem um assunto a ser esclarecido que o trouxessem para ser discutido em plenário. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte em caráter ordinário para o dia 18 (dezoito) de maio, do corrente ano, no mesmo local e horário. E, para constar, César Alberto Karling, Assessor Legislativo, elaborou a presente Ata, a qual após lida e aprovada será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PRESIDENTE SECRETÁRIO